

## UM MESTRE NO CENTRO DO CAPITALISMO

Daniela Soares Portela (UNESP)<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

*Em vias gerais, este trabalho objetiva traçar o percurso da imagem de leitor e da relação com o suporte material de expressão que Machado de Assis estabelece em *Memórias Póstumas de Brás Cuba*. De forma específica, verificaremos como a recepção crítica da obra mencionada, bem como a realidade social, econômica e cultural do Brasil do período criam uma imagem do público leitor que interfere nos procedimentos estéticos constitutivos do texto machadiano.*

**PALAVRAS –CHAVE:** Prosa experimental; livro; mercadoria; leitor;

### **Introdução:**

Como *Memórias* é um livro divisor de águas da obra machadiana, antes de qualquer análise, é interessante definir a hipótese de trabalho que nos orienta. A hipótese considerada para este estudo é a de que as *Memórias* surgiram quando Machado descobre que sua audiência era pequena porque o Brasil não tinha leitores alfabetizados. E a partir daí, passa a engendrar na construção de seu romance, estratégias narrativas próprias da crônica de folhetim, gênero mais popular entre os leitores da época, por ser “leve” e de fácil compreensão. Associa à incorporação da crônica, alguns experimentos estéticos próprios da narrativa que poderiam responder à solicitação de originalidade, exigência feita aos escritores burgueses.<sup>2</sup>

Um estudo sobre a produção de crônicas de Machado de Assis (1839 - 1908), solicita, antes de mais nada, uma delimitação precisa sobre aquilo que será estudado.

Já numa leitura rápida e superficial o interlocutor percebe enorme variedade de temas, tons e principalmente formas de abordagens do leitor/ouvinte. A extensão dos textos também varia, mas há uma ordem decrescente, (e isso talvez explique os capítulos curtos das *Memórias*), principalmente depois de 1876, quando foi publicada uma pesquisa realizada, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, iniciada quatro anos antes denunciando a precariedade do ensino nacional e o conseqüente índice de analfabetismo no Brasil: 84% da população não sabia ler. Guimarães (2004, p. 88)

Esse período será o eixo de organização da hipótese proposta neste trabalho: a incorporação da crônica é a responsável pela virada estética de Machado.

Como a crônica carrega, por definição, um elemento de vinculação com a realidade, geralmente cotidiano, a primeira parte deste estudo tentará organizar um panorama da situação ideológica e histórica percebida por Machado de Assis entre 1859 – 1876. Portanto,

---

<sup>1</sup> Doutoranda pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de São José do Rio Preto, departamento de Estudos Lingüísticos e Literários.

<sup>2</sup> Esta tese, da incorporação da crônica como solução estética da baixa audiência do período, funcionando como motriz das mudanças engendradas nas *Memórias*, foi proposta no curso de Prosa Experimental, oferecido no primeiro semestre de 2007, na UNESP de São José do Rio Preto, pelo professor Antonio Manoel dos Santos Silva.

será analisado o enquadramento do escritor, relatado pelas crônicas, dentro da ideologia edênica, diagnosticada por Sérgio Buarque de Holanda (2000) em setembro de 1958, como a raiz ideológica que sustentava a relação entre colônia e império.

Na segunda parte, a partir de 1876, quando foram divulgados os resultados do censo aplicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as crônicas serão analisadas enquanto questionamento do próprio veículo do qual se valia o escritor para comunicar-se com seus leitores (a baixa audiência, como assinala Machado). Esse questionamento será também incorporado nas *Memórias*.

### **Desenvolvimento:**

A partir de 1876, percebemos que Machado tem uma clara consciência das alterações do papel do escritor na sociedade brasileira. Essa consciência parece ser motivada pelo recenseamento e também pela “(...) regularização da produção editorial, que tem sua figura máxima em B. L. Garnier, cuja reputação de avarento lhe valeu o apelido de bom Ladrão Garnier, brincadeira com as iniciais de Baptiste Louis.” (Guimarães, 2004, p. 85).

Essa consciência chega, inclusive, à discussão da linguagem própria ao veículo (canal de comunicação) que o escritor usava. (Relação entre espaço de papel e linearidade tipográfica).

Candido (1995, p. 26) observa que a técnica romanesca machadiana era refratária às duas criações francesas que à priori estariam modernizando o romance: “o romance que narra a si próprio, apagando o narrador atrás da objetividade da narrativa, técnica sistematizada por Flaubert, e o inventário maciço da realidade, observada nos menores detalhes, preconizado por Zola.”

É exatamente no tom de coloquialidade que Antonio Candido observa a matriz formal do “tom machadeano” (Candido, 1995, p. 27). Como se o escritor fosse “um espectador das circunstâncias da vida que retrata sob um aspecto nu e sem retórica, agravados pela imparcialidade estilística (...)”. (Ibidem).

Esse tom, de quem conta sobre a vida como se estivesse fofocando<sup>3</sup> com o leitor, é uma das características ancestrais da crônica e permite a aproximação entre escritor e audiência, buscada por Machado.

Inicialmente, nas crônicas, os temas que envolviam essa fofoca eram pertinentes ao desenvolvimento social do Brasil do século XIX. Machado parecia acreditar que o Brasil tornar-se-ia o Éden prometido pelos idealizadores das navegações. Um lugar de fartura prometido por Deus e antevisto na Bíblia, cujo vaticínio, Padre Antonio Vieira teria desmistificado à luz da história do século XVII, (In: CHAUÍ, 2000, p. 77).

Trabalharam muito os intérpretes antigos por acharem a verdadeira explicação deste texto; mas não atinaram nem podiam atinar com ele porque não tiveram notícia nem da terra, nem das gentes de que falava o profeta (...) que falou Isaías da América e do Novo Mundo se prova fácil e claramente. Pois esta terra que descreve o profeta que está situada além da Etiópia é a terra depois da qual não há outra, estes dois sinais tão manifestos só se

---

<sup>3</sup> Machado chega mesmo a atribuir a origem da crônica a duas vizinhas fofoqueiras, que saíram à rua para reclamarem da temperatura elevada e daí passaram, por digressão, a vários outros assuntos.

podem verificar da América (...) Mas porque Isaías nesta descrição põe tantos sinais particulares e tantas diferenças individuanes, que claramente estão mostrando que não fala de toda a América ou Mundo Novo em comum, senão de alguma província particular dele (...) Digo primeiramente que o texto de Isaías se entende do Brasil.

É importante salientar que essa visão romântica da realidade Brasileira não aparece nas crônicas machadianas de forma direta. Ela vem pelas fissuras de um discurso indignado por não encontrar o Éden prometido. Toda a ironia e toda a crítica do autor, num primeiro momento, destina-se à decepção de uma terra de carências, que não corresponde a uma expectativa que se formou, provavelmente pelo discurso dominante do período.

Quando o escritor carioca reclama da falta de disciplina da população nacional, parece antecipar a perspectiva maniqueísta formulada por Sérgio Buarque de Holanda (1987) de que o país tinha duas raízes antropológicas: o bandeirante conquistador, alheio ao trabalho sistemático e propenso a grandes golpes para enriquecer rapidamente, e o colono acostumado ao trabalho, mas também de forma não disciplinada, pois muda de atividade se pressentir a possibilidade de aumentar seus ganhos. Para o historiador, essa seria a causa da falta de profissionalismo nas relações de trabalho no Brasil.

Machado várias vezes retoma essa questão, principalmente quando formula seus vários tipos sociais: o jornalista, o parasita, o funcionário público aposentado e o escritor medíocre.

Mesmo acreditando, como veremos, que o Brasil é composto por dois tipos de brasileiros, o aventureiro conquistador que vive de expediente e o disciplinado trabalhador, incapaz de grandes projetos, mas excelente executor dos mandos do aventureiro, Machado de Assis confiava no jornal como um meio de comunicação capaz de democratizar a informação no país e implantar o progresso social por meio da república e do liberalismo econômico. Para ele, o país tinha todas as possibilidades de vir a ser uma grande potência: extensão territorial, pessoas de engenho e riquezas naturais. Faltava, apenas, a divulgação da língua como forma de fortalecimento do sentimento nacional: “O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.” (ASSIS, 1962, p. 945).

Essa percepção da realidade vai ao encontro da ideologia dominante da época. Nesse período histórico, Marilena Chauí define duas correntes ideológicas que determinavam a leitura simbólica da realidade nacional brasileira: a primeira “marcada pela intelligentsia pequeno-burguesa européia segundo os critérios do determinismo científico, e do “espírito do povo”, determinado pela raça e pela língua” (Chauí, 2000, p. 49-50) e uma segunda, formada a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que “sob a influência da escola histórica alemã, trabalha com o “princípio da nacionalidade”, definida pelo território e pela demografia (...)” (ibidem).

O objetivo desse Instituto era criar um passado glorioso e um futuro promissor, com o que legitimaria o poder do imperador. Para isso, devia enaltecer a natureza brasileira, e justificar a grandeza do país numa relação direta à grande extensão territorial da pátria. A História nacional seria escrita seguindo o modelo oferecido por Von Martius, a partir de 1845, ocasião da publicação de sua monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, que articulava três princípios fundamentais de orientação para os futuros historiadores do país: incorporação das três raças, dando predominância ao português, unificar a história nacional

por meio da definição das características regionais que deveriam convergir para um centro comum, unidade histórica nacional e por fim, argumentar que a grande extensão territorial exigia o regime monárquico para garantia de um futuro glorioso à nação.

Esses três princípios foram resgatados por Francisco Adolpho de Varnhagen, entre 1854 e 1857, na publicação de *História Geral do Brasil*, livro “considerado fundador da historiografia brasileira.” (Chauí, 2000, p. 50).

A partir desses princípios, Chauí argumenta que será construída uma história do “mito fundador” do Brasil, segundo a qual o país aparece como uma metáfora do jardim do Éden (entre os séculos XVI – XVII) para os descobridores, e termina numa visão eufórica do país, sem acidentes naturais como tufões ou terremotos, de florestas ricas em recursos e de um povo pacífico, organizado em torno da teoria jurídica da ordem natural.

Essa teoria justifica a escravidão dos negros pela seguinte lógica: seres superiores são dotados atavicamente de três quesitos, a saber, razão (cartesiana), liberdade e propriedade. Os sujeitos que não possuem esses três distintivos não são considerados superiores e devem submeter-se (ordem natural) aos que os possuem.

Essas ideologias eram (ou deveriam ser) difundidas pelos jornais (primeiros meios de comunicação de massa que o Brasil conheceu). Entretanto, embora a visão do futuro promissor continue, Machado, em 1859, ano em que publica a crônica *O jornal e o livro*, estava influenciado pela revolução francesa e pelos princípios burgueses de organização política. Ao invés da monarquia, a república passa a ser a forma de governo enaltecida.<sup>4</sup> Nesse sentido, o jornal trazia em si um germen de revolução, não só social como econômica,.

Embora ao autor tenha se referido ao texto como um artigo, *O Jornal e o livro* enquadra-se melhor como crônica opinativa. E Machado acreditava que o jornal aniquilaria parcialmente com o livro, pois por este veículo os escritores não tinham como subsistir, mas o jornal era capaz de remunerar o talento, e afinal de contas, todos precisavam comer: Trabalha! Vive pela idéia e cumpres a lei da criação!” Seria melhor a existência parasita dos tempos passados, em que a consciência sangrava quando o talento comprava uma refeição por um soneto? “(ASSIS, 1962, p. 948).

Mas a subsistência do artista da palavra é relativizada em uma série de perfis da sociedade oitocentista publicada em *O Espelho* entre os dias 11 e 18 de setembro e 9, 16 e 30 de outubro de 1859. Na primeira parte da crônica, intitulada *Os Fanqueiros Literários*, Machado ironiza o prosador novato que veste-se como um dândi apavoneado, é cerimonioso no cumprimento às pessoas, e que mereceria uma inquisição literária.

A irritação de Machado parece destilar-se também sobre os banqueiros que financiam essa literatura porque são constantemente elogiados pelos fanqueiros. A veia corrosiva do escritor mira ainda mais três tipos sociais: o parasita; o empregado público aposentado e o folhetinista.

A primeira espécie de parasita sistematizado pelo autor é o parasita da mesa, animal perigoso que invade as casas amigas com um sorriso no rosto a busca de um bom almoço. A próxima espécie é a do parasita literário. Semelhante ao fanqueiro literário, mas sem a ambição pecuniária desse último. O autor ainda critica os cargos públicos que esse tipo assume: diplomacia e embaixadas servem como vitrine para a vaidade do inútil parasita intelectual.

---

<sup>4</sup> Mais tarde, o posicionamento político do escritor configura-se num ceticismo em que há indiferenciação entre República e Monarquia, como representou várias anedotas publicadas em *Esau e Jacó*.

Por trás das críticas há o ressentimento contra uma casta que estaciona o enriquecimento nacional, que consome e não produz e a crença de que o desenvolvimento do país será possível quando esses tipos foram extirpados da sociedade.

O empregado público aposentado aparece como um tipo também inútil, mas inofensivo. Reacionário, “consome todos os jornais, entretanto não há crédito nas suas opiniões”, (Ib. p. 960) e portanto, seu malefício é ser inoportuno.

Já o folhetinista apresenta prejuízo mais sério à nação: o descompromisso com a realidade nacional e a vinculação aos valores europeus, principalmente franceses: “Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local. Mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional.” (Ib. p. 961)

A defesa da língua, o liberalismo econômico e o nacionalismo são valores francamente defendidos por Machado nessa primeira fase de produção como cronista. O escritor vincula-se aos valores do século XIX sem o senso corrosivo de humor que irá caracterizá-lo na segunda fase, quando descobre que a promessa do jornal e da democratização da língua e da cultura é uma utopia. O paraíso edênico, criado pela fantasia de que a “plantação das novas colônias copia o ato da criação: aqueles homens ao fabricarem igrejas e ao alçarem cruzeiros, lançam com isso as sementes da posteridade de um Adão novo no solo rico e virgem do Éden recobrado”, (HOLANDA 2000, p. XIV), é mentira. Uma parte da população que deveria ser o novo Adão é falsa e vive de aparências. O enriquecimento da nação é dificultado por essa parcela de parasitas, que busca enriquecer-se sem trabalho. E pior: vigora ainda, no Brasil, a busca de modelos na Europa, pois a população litorânea tem o mar como ponto de referência. Essa referência, criada propositalmente pela coroa portuguesa impedia a interiorização do homem brasileiro pelo sertão e alinhava a ideologia brasileira às idéias da Europa.

Mas o espanto e a necessidade de negar o atraso cultural e político ao qual o país estava verdadeiramente inserido demonstra que Machado deve ter acreditado em algum momento que o Brasil era o país do futuro. Bastava aparar algumas arestas e o desenvolvimento era certo. A ideologia nacionalista divulgada pelos historiadores da época ainda não havia sido totalmente desmistificada pelo cronista carioca.

Em outra crônica, do dia 23 de outubro de 1859, também publicada em *O Espelho*, Machado ainda credencia ao jornal uma possibilidade de reforma social que abalaria os pilares da aristocracia. Aqui impera a visão iluminista de que a razão e a consciência seriam as formas de liberdade da prisão ideológica criada por uma aristocracia que sustentava o seu poder no dogma de que o rei era o representante de Deus na Terra. A igualdade oferecida pela burguesia por meio da democratização da informação ainda não havia desolado o autor, pela consciência de que a injustiça e a concentração de renda eram as válvulas do próximo sistema que entraria em vigor: o capitalismo defendido pela democracia.

Machado acreditava que a democracia imporia um sistema meritocrático. A competição entre os homens permitiria a expressão do talento. A reificação humana, quando um ser transforma outro em objeto de gozo ou de exploração, parecia um problema vinculado com a sociedade aristocrática. O poder dessa sociedade, injusto, não suportaria “a sentença de todo o *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque da argumentação é uma probabilidade de queda”. (ASSIS, 1962, p. 964). Obviamente que apenas o jornal poderia trazer essa discussão, pois apenas ele era acessível a todos os membros do corpo social.

## **1. Machado de Assis e o analfabetismo: crônica para quem?**

A segunda parte da produção de crônicas de Machado, iniciada depois do fatídico resultado de recenseamento da população brasileira, abusa da técnica narrativa e passa a operar por imagens e metáforas. Em 15 de agosto de 1876 o autor de *Quincas Borba* publica uma crônica em quatro partes no jornal *A semana*. Na primeira discute sobre as diferenças sociais, imaginando duas leitoras que poderiam estar preparando-se para uma *festa na Glória* ou para um baile da *Secretaria de Estrangeiros* enquanto ele escreve a crônica.

Na segunda parte, começa a falar de um amigo que não vai aos bailes porque se recusa a gastar as pernas. Daí passa para o fato de que esse amigo não irá às corridas. Das corridas, passa por uma digressão a discutir sobre a utilidade dos bichos, afirma não gostar de cavalos, e compara-os com o burro, que seria melhor apreciado por ele.

Essa aparente explanação desinteressada de um aspecto pitoresco da realidade do século XIX ganha dimensão crítica à medida que serve de preâmbulo para a introdução da parte III, que irá comentar o resultado do recenseamento feito pelo Império. A justaposição da imagem do burro com o texto sobre a pesquisa cria uma leitura em seqüência como é comum ao jornal e implica a designação de burros aos conterrâneos que não sabem ler nem escrever. A cultura letrada era prerrogativa para que a revolução social pudesse ser organizada a partir dos jornais: “E por falar neste animal, publicou-se há dias o recenseamento do Império, do qual se colige que 70% da nossa população não sabem ler.” (Assis, 1962, p. 967).

A partir desse fato, a História passa a ser questionada nas crônicas do autor de forma sistemática. Nos textos publicados em 15 de setembro desse mesmo ano (1876), Machado já discute a versão oficial do grito de “Independência ou morte” às margens do Ipiranga. Um possível amigo teria escrito uma carta denunciando a mentira da versão oficial. O autor carioca ironiza, ao dizer que é melhor ficar com a lenda. Não por causa dos versos que já foram produzidos com essa imagem, facilmente emendáveis, mas porque na opinião dele a lenda é melhor do que a história autêntica.

A história cotidiana recebe o mesmo tratamento. Sobre a companhia lírica que está se apresentando no Rio de Janeiro, Machado escreve, na mesma semana da crônica anterior, que a arte tem movimentado quantidades de dinheiro absurdas para o seu papel social de libertar o espírito. Acha a população carioca pródiga demais e usa novamente a imagem de um boi para denunciar que o espetáculo social assistido é tacanho: “Veio o boi quando gozávamos — com os ouvidos as vozes do tenor Gayarre, — e com os olhos a nova mutação da cena em Constantinopla; veio, estacou as pernas, agitou a cauda e olhou fixamente para a opinião pública.” (Ib p. 349).

As mulheres santas milagrosas também são alvo de escárnio do autor. Ainda na crônica de 1º de outubro, o jornal noticia uma senhora na Bahia que não se alimentava. A população em peso passou a visitá-la em romarias para conquistar milagres. Machado aposta que a mulher come escondido.

A igualdade social começa a ser criticada em crônica do dia 16 de junho de 1878. A possibilidade de todos quererem altas posições sociais, e principalmente, conquistar *status* por meio da arte é motivo de ironia para o autor.

O desprestígio aos símbolos da nação é denunciado numa crônica narrativa em que um possível fabricante de bandeiras brasileiras se joga aos pés do cronista para reclamar da má sorte que lhe coube. O pendão auriverde valia menos que um chapéu de sol. E o preço da produção era alto, já que a bandeira nacional tinha que ser produzida com dois panos.

O jargão dos discursos políticos são desconstruídos numa crônica do dia 21 de julho quando a câmara autoriza o tesoureiro a comprar uma arca para guardar as rendas da cidade. Desse fato, Machado conclui que há tesouro público a ser recolhido à arca, e logo, a desculpa de que “não há verbas” para o calçamento das ruas, ou que há “escassez de rendas municipais” não pode ser coerente com o tamanho do depósito a que destinam esse dinheiro. Numa arca cabe muito.

Ainda pior é a notícia dada por uma crônica de 22 de agosto de 1889 de que os três partidos liberal, conservador e republicano estavam unidos em torno de um único homem candidato a deputado num distrito de Minas. Daí advém ao cronista que em verdade não há muita diferença entre as três ideologias.

Além da política, as teorias científicas que imperam no século também são questionadas. Em crônica do dia 10 de junho de 1894, o narrador disse estar passeando pelo jardim, quando encontra um burro que pede a ele que interceda na câmara, propondo uma lei que imponha uma multa às pessoas que maltratassem os burros. E o quadrúpede argumenta que pelo Evangelho de Darwin, os burros são tios dos homens. Que seja feito então o treze de maio desses animais.

Pelo resumo acima exposto, das crônicas machadianas, percebemos que as *Memórias* seguem o mesmo modelo de construção de situações narrativas. Ela se enquadra nessa segunda fase de produção de prosa, que vai de 1876 até 1908. Portanto, esse romance, embora de estrutura complexa e intrincada, pode ser lido também como uma recolha de crônicas da vida cotidiana dos anos de 1805 a 1869 (nascimento e morte de Brás Cubas, respectivamente).

## 2. Originalidade romanesca

Já que a coloquialidade, a variabilidade dos assuntos e a retomada dos temas contemporâneos poderiam lhe garantir a audiência dos 14% de leitores que compunham o mercado editorial brasileiro do final do século XIX, a originalidade do romance poderia ser proposta sem que a obra se tornasse um “valor de risco”. (Machado não tinha perfil humano para ser um Proust, desqualificado vários anos como romancista).

Para alcançar a originalidade estética, o autor carioca propõe algumas estratégias de extrapolação da moldura narrativa autobiográfica. Essas estratégias são baseadas na ruptura instaurada envolvendo as instâncias da protagonização e da enunciação. A extrapolação ocorre quando o único impedimento de uma autobiografia (o relato da morte do protagonista) é rompido por meio do elemento fantástico que cria uma fissura no sincretismo das instâncias da protagonização e da enunciação.

Para verificar o tratamento simbólico e formal que o suporte gráfico recebe na obra machadiana referida, a partir da diferenciação entre narrador/protagonista, focalizaremos nosso argumento na delimitação dos papéis desempenhados pela enunciação do discurso e pela leitura do receptor. Sendo assim, pesquisaremos como as *Memórias* revela a consciência de que o texto é uma “máquina pressuposicional” (Eco, 1993, p. 27), ou seja, um sistema de formação de sentidos que atua segundo um repertório compartilhado de motivos e temas que podem ser atualizados ou reformulados. Dessa forma, a obra machadiana se materializa por meio de instâncias do real interseccionadas, uma vez que o narrador Brás Cubas torna-se leitor-modelo da tradição literária, e o leitor de Brás Cubas, leitor-modelo dessa leitura. (A isso denominamos narrativas em abismos e espelho, na introdução deste estudo).

Levando em conta as observações de Eco (1993, p. 53) de que “um texto, tal como aparece na sua superfície (ou manifestação) lingüística, representa uma cadeia de artifícios expressivos que o destinatário deve actualizar”, podemos considerar que a imagem que o narrador constrói do leitor-modelo torna-se mais uma dessas estratégias. Isso porque, ainda segundo o teórico italiano, a produção de um texto solicita a previsão das atuações interpretativas de um outro que recebe esse texto. Logo, a imagem machadiana, de que seu leitor é um adversário combatente de xadrez demonstra que esse autor constrói para si um modelo de adversário, com quem deve atuar, antes de escrever seus textos.

Essa imagem leva em conta, como assinala Baptista (1998), até o tipo de impressão que os textos receberão, como no capítulo XXII das *Memórias*, “Volta ao Rio”, no qual Brás Cubas reflete sobre o tipo de papel que usará: in-folio-9 (pertinente a um público pesadão) ou in-12 (para leitores preguiçosos que gostam de grandes margens e largas vinhetas).

Desta forma, parece que Machado antevia que a disposição gráfica das letras e o espaçamento regular entre as linhas que compõem a editoração do livro, conferem a ele um status de verdade, ( McLuhan, 1996).

Mas é ainda o próprio Baptista quem indicia que nem a realidade da impressão é tão certa na prosa movediça machadiana, como atesta a noção de errata, que vai relativizando a veracidade de que o livro lido pelo leitor foi o mesmo escrito pelo autor. Logo, a realidade da impressão é antes a representação daquilo que deveria ser a impressão do livro, do que a real impressão do mesmo, (problema várias vezes levantado por Borges, 1994). Mais uma vez, temos no mínimo dois planos de real interseccionando-se.

Se a impressão do livro, considerado por Anatol Rosenfeld (1998) como a única realidade que pode ser apreendida pelos sentidos, não pode ser apreendida em sua totalidade, como são elaborados os vários planos de realidade que compõem as obras cujos autores demonstram conhecer a natureza de seu veículo de expressão? Como a consciência de que o livro escrito não é exatamente o livro que o leitor está lendo aparece nas *Memórias*?

*Memórias Póstumas*, mesmo sendo romance de folhetim, costumeiramente lido pelo chefe das famílias burguesas para ser ouvido pelos outros membros, solicita um leitor virtual do livro (e não um ouvinte).

Para respondermos à questão posta, sobre a consciência de que o livro escrito não é exatamente aquele lido pelo leitor/ouvinte, há que se buscar subsídios contextuais (além daqueles indiciados ficcionalmente nos textos) em quatro dimensões do objeto livro: como objeto venal; de prestígio social; como objeto impresso; e como forma formada/formadora do leitor.

É indiscutível que a ascensão social de Machado está vinculada à sua atividade como romancista. Como objeto venal, o livro não lhe rendia dinheiro, mas o prestígio alcançado pela atividade de escritor lhe garantia uma posição social que era trocada pela subsistência conquistada pelo emprego público, na época da publicação das *Memórias Póstumas*, ainda um favor concedido pela monarquia.

Restam ainda duas questões: o livro como objeto impresso e como instrumento de formação do leitor. Para Merquior (1979), essa última questão se resolve em Machado por um estilo “ébrio, reforçando aquele aristocrático prazer de desagradar” (p. 152) aos 20% de leitores da época, condicionados a uma literatura romântica burguesa, preocupados com ilustração de salão.

Por essa observação, podemos deduzir que a ironia funcionaria, em relação ao leitor, como uma forma de edificar, assim como a comédia romana (*ridendo castigat mores*).



Entretanto, há que se assinalar que os vários planos de realidade interseccionados da obra machadiana evocam mimeticamente a forma romanesca, formada por um amálgama de textos tradicionais da sociedade aristocrática, definição dada para romance, do pensador marxista Lukacs (1960). Portanto, o romance é a forma de expressão de um conteúdo (Hjelmslev, 1971) que tem sua substância pré-estabelecida pelas exigências de um momento histórico definido (sistema de produção capitalista, sociedade burguesa, como orienta Lukacs).

Nesse sentido, a originalidade das *Memórias* se mobiliza na tensão instaurada entre as exigências e solicitações das formas de expressão, de rupturas e criações de novos procedimentos estéticos que ampliem o repertório compartilhado pela tradição da forma romanesca e das várias substâncias de representação, e a necessidade de dialogar com um leitor específico, por meio de um canal de comunicação (livro), que tem seus limites materiais e concretos definidos pelo mercado, preço, papel, editor. (Como foi assinalado no percurso do estudo das crônicas machadianas).

### **Conclusão**

A forma narrativa de Machado, ao ampliar o código estético da narrativa (na extrapolação da moldura autobiográfica), força seus leitores-modelos a fixarem-se em elementos essenciais da narrativa. Machado substitui a atenção do enredo para o narrador, redirecionando o olhar do leitor. Talvez seja por isso que o próprio Brás Cubas ironiza a aceitação pública que espera receber: quatro ou cinco leitores.

Para dialogar com a representação performática desse medo do rechaço da audiência, a ludicidade entraria em cena como uma estratégia de sedução dos leitores. Essa estratégia encontra-se dissociação do sincretismo actorial que se configura como o eixo formal de organização das *Memórias Póstumas*. O narrador mata, metaforicamente, o personagem, dentro de um quadro autobiográfico de escritura, para poder narrar a própria morte e enfatizar, assim, o caráter de entretenimento do livro, por meio da expressão de uma “novidade”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, A. B. Autobiografias – solicitação do livro na ficção e na ficção de Machado de Assis. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19**. São Paulo: Edusp, 2004.

BORGES, J. L. **Obras completas**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1994. (Parcialmente lida)

CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

ECO, U. **Leitura do texto literário**. Lisboa: Editor Presença, 1993.

HJELMSLEV, L. **Prolegómenos a una teoría del lenguaje**. Madrid: Editorial Gredos, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

LUKACS, G. **Teoria do Romance**. Lisboa: Arcádia, 1960.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.

MCLUHAN, M., **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 18ª ed., 1996.

MERQUIOR, J. G. Gênero e estilo nas Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: **Colóquio/Letras**, 8: 12-20, jul. 1972.

ROSENFELD, A. Literatura e personagem. In CANDIDO, A. et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 9-51.